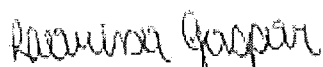


ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA HÍBRIDA DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às treze horas e quinze minutos, reuniu-se, na sede da Câmara Municipal de Fortaleza, em formato híbrido, nos termos da Resolução n.º 1.664/2020, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Estiveram presentes as senhoras Vereadoras Adriana Nossa Cara (virtual), Larissa Gaspar e Tia Francisca e o senhor Vereador Emanuel Acrízio (virtual). Participaram da reunião, sem direito a voto, os senhores Vereadores Gabriel Aguiar e Júlio Brizzi. A Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, Vereadora Larissa Gaspar, abriu a segunda reunião ordinária híbrida do primeiro período legislativo do ano de dois mil e vinte e dois. Em seguida, iniciou a Ordem do Dia, colocando em pauta de votação os requerimentos e pareceres favoráveis às proposições listadas a seguir: Indicação n.º 1.457/2021, de autoria do Vereador Júlio Brizzi; Requerimento n.º 0717/2022, de autoria do Vereador Wellington Sabóia; Requerimento n.º 0763/2022, de autoria do Vereador Jorge Pinheiro; Requerimento n.º 0968/2022, de autoria da Vereadora Ana Aracapé; Requerimento n.º 1.020/2022 e Requerimento n.º 1.021/2022, ambos de autoria da Vereadora Adriana Nossa Cara; e Requerimento n.º 8.029/2021, de autoria do Vereador Danilo Ribeiro, todos aprovados por unanimidade de votos dos membros presentes. Ato contínuo, a Vereadora Larissa Gaspar, por ser autora de propositura a ser ainda apreciada, transferiu a presidência para a Vereadora Tia Francisca, que, dando continuidade aos trabalhos, apresentou para deliberação da comissão o parecer favorável ao Requerimento n.º 7.668/2021, que foi aprovado por unanimidade de votos dos membros presentes. A seguir, a Vereadora Tia Francisca devolveu a presidência para a Vereadora Larissa Gaspar. Logo após, a Vereadora Larissa Gaspar passou a palavra para a senhora Cássia, que afirmou ter passado por situação de violência promovida por agentes da Agência de Fiscalização de Fortaleza (Agefis). Afirmou que a fiscalização, sem prévio aviso, notificação ou qualquer ato para orientar e informar os moradores e trabalhadores da Comunidade Poço da Draga, destruiu barracas e quiosques de praia com agressividade e violência. Com a palavra, a Presidente Larissa Gaspar afirmou ter enviado ofício à Agefis e lamentou não ter obtido retorno, nem ter sido enviado representante por aquela instituição. Concedida a palavra novamente à senhora Cássia, esta afirmou que a comunidade consultou a Agefis e foi informada que aquela instituição apenas realizou a ação fiscalizatória na forma determinada pela legislação. Afirmou ainda que os insumos dos comerciantes não foram devolvidos e que foram destruídos conjuntamente com as barracas e, aproveitou a ocasião para mencionar outras demandas da comunidade. Dada a palavra à senhora Lucilene, esta descreveu a ação que considerou truculenta. Aduziu que as famílias afetadas pela ação da Agefis estão em situação de ainda maior vulnerabilidade alimentar e social, com efeitos deletérios para todo o comércio local. Em seguida, a Presidente destacou a necessidade de indenização das famílias pelos danos morais e patrimoniais, de medidas emergenciais de segurança alimentar e assistencial, e o fornecimento de insumos e estruturas para o funcionamento do comércio.

Garantiu que serão realizados encaminhamentos sobre essas demandas, bem como acerca do pedido de coleta de resíduos a ser realizada na comunidade e nas praias da localidade, a implementação de equipe de salvamento na região e, ainda, de saneamento básico e drenagem. Com a palavra, a Vereadora Adriana Nossa Cara destacou a importância da pauta, solidarizou-se com a situação dos moradores da comunidade e fomentou a necessidade de reparação dos danos por meio de indenização. Afirmou ter protocolado pedido à Casa para que solicite à Prefeitura o nome dos responsáveis pela deflagração desse episódio. Exigiu a regularização fundiária da comunidade, haja vista tratar-se de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e já possuir Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF). Dada a palavra ao Vereador Gabriel Aguiar, este corrigiu informações divulgadas que considerou inverídicas. Questionou o fato de a Prefeitura não ter tomado medidas prévias para construir junto aos trabalhadores e às famílias soluções permanentes para os problemas da comunidade. Também reforçou a necessidade de medidas emergenciais e da importância da concessão de autorização permanente para o exercício da atividade comercial. Com a palavra, a Presidente afirmou que serão realizados encaminhamentos para o Poder Executivo, a Defensoria Pública e o Ministério Público, a fim de dar solução para a problemática apontada na reunião. Passada a palavra ao senhor Cláudio do Escritório de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza, este se solidarizou com a situação da comunidade, destacou a necessidade de tornar o comércio popular um ponto forte, não um problema no Município, merecendo um projeto amplo de regulamentação, não de remoção dos espaços. Afirmou ser necessário um planejamento mais amplo e uma visão mais abrangente para solucionar os obstáculos advindos do comércio popular que têm afetado demasiadas regiões da cidade. Em seguida, a Vereadora Larissa Gaspar destacou a necessidade de responsabilização das autoridades envolvidas na ação e colocou a Comissão à disposição para dialogar com os Poderes Executivo e Legislativo, a fim de mediar as soluções com uma comissão de moradores da localidade afetada. Dada a palavra ao Vereador Júlio Brizzi, este reforçou a necessidade de buscar soluções por meio do diálogo, com a finalidade de contribuir com a comunidade e garantir que as pessoas afetadas possam buscar o sustento de suas famílias. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente levantou a presente reunião, informando antes que a próxima Ordem do Dia será o que ocorrer. A reunião foi levantada às quatorze horas e trinta e três minutos.

Câmara Municipal de Fortaleza, 9 de março de 2022.



Presidente



Câmara Municipal de Fortaleza
Coordenadoria das Comissões Técnicas

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

FOLHA DE FREQUÊNCIA BIÊNIO 2021/2022

REUNIÃO DO DIA 09/03/2022.

MEMBRO EFETIVO	PARTIDO	ASSINATURA
LARISSA GASPAR Presidente	PT	
ADRIANA NOSSA CARA Vice-Presidente	PSOL	
EMANUEL ACRIZIO Membro	PP	
PRISCILA COSTA Membro	PSC	
ERIVALDO XAVIER* Membro	PSC	
TIA FRANCISCA Membro	PL	
JOSÉ FREIRE Membro	PSD	

MEMBRO SUBSTITUTO	PARTIDO	ASSINATURA

SUPLENTE EM EXERCÍCIO DE MANDATO	PARTIDO	ASSINATURA
ROBÉRIO SAMPAIO*	PSC	

Coordenadoria das Comissões Técnicas

Em 09/03/2022.